



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de incluir convidados para darmos seguimento aos debates e desdobramentos da PEC 45/2019 (Reforma Tributária).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Roberto Quiroga, Professor de Direito Tributário da USP e FGV Mestre e Doutor em Direito Tributário;
- o Senhor Rubens Rizek Junior, Consultor de empresas do mercado de energia elétrica, Ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Ex-Secretário de Governo da PMSP, Mestre e Doutor em Direito do Estado.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de darmos seguimento aos debates e desdobramentos da PEC 45/2019 (Reforma Tributária), sugerimos a inclusão de especialistas em Direito Tributário do setor de energia renovável, cujo seguimento pode trazer contribuições importantes nas audiências públicas em curso na CAE.

Mesmo tendo sido reconhecido o caráter essencial da energia elétrica, uma vez que é imprescindível em todas as cadeias e proporciona um mínimo de dignidade ao cidadão brasileiro, o texto atual da PEC 45/2019, tratou a energia elétrica (inclusive a oriunda de fonte renovável) como um bem ou serviço qualquer.

O setor elétrico brasileiro é complexo, possui regras e regimes de tributação diferenciados para PIS/Cofins e ICMS em alguns entes da cadeia que merecem ser avaliados com atenção.

Além disso, as energias solar e eólica foram responsáveis, desde 2011, por investimentos, sobretudo no Nordeste, da ordem de R\$ 250 bilhões e pela criação de mais 1 milhão de empregos diretos e indiretos, movimentando a economia e contribuindo para o aumento da arrecadação. As fontes eólica e solar já são responsáveis, em 2023, pelo atendimento de aproximadamente 30% da carga do sistema interligado nacional.

Somente com um tratamento tributário adequado da geração e comercialização da energia renovável garantirá que o Brasil atinja os objetivos relacionados à transição energética, proteção ao meio ambiente, compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (ONU).

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos meus pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 21 de setembro de 2023.

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)
Senador